



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC,  
CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 287/2023**

O Estado do Acre, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO em forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/06, Lei nº.8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, **Decreto nº 10.024/2019** e Decreto Estadual nº 4.767/2019, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº8.666/93. Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotora** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0447.015583.00007/2023-69
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Casa Militar - CASMIL
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICA
SRP:	[ ] SIM [X] NÃO
TIPO:	[ ] MENOR PREÇO POR ITEM [ X ] MENOR PREÇO POR LOTE [ ] MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO
MODO DE DISPUTA:	[X] ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	[X] SIM [ ] NÃO
VALOR ORÇADO:	[X] Valor Estimado [ ] Valor Máximo Aceitável [ ] Valor de Referência
INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASNET).
DATA DA ABERTURA:	31 de Agosto de 2023
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	DE 09hs:15min. (Horário de Brasília)
PERÍODO DE RETIRADA:	DE 21/08/2023 á 30/08/2023
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet">https://www.comprasgovernamentais.gov.br/comprasnet</a>
PREGOEIRO(A):	Carolyne Renata Maia de Santana

**Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.**

O Pregão será realizado pelo Pregoeiro a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do Pregoeiro ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro aeronáutico, na modalidade **CASCO** de 3 (três) aeronaves de asas fixa pelo período (doze) meses, em todo território nacional para atender as aeronaves pertencentes à frota da Casa Militar, conforme condições e especificações descritas neste instrumento.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET - CATSER e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta de Contrato

**Anexo III:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, cidadão ou Licitante poderá impugnar o Ato Convocatório do Pregão, por meio eletrônico no e-mail: [selic.protocolo@ac.gov.br](mailto:selic.protocolo@ac.gov.br) / [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente na sede da SELIC, **Estrada do Aviário nº. 927, Bairro Aviário, CEP nº 69.900-830 - Rio Branco-Acre**, no horário das 07:30 às 13:30 de segunda a sexta-feira.

2.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital e/ou órgão solicitante, decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido de impugnação.

2.1.2. Acolhida à impugnação contra o Ato Convocatório, desde que altere a formulação da Proposta de Preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.1.3. Pregoeiro se pronunciará exclusivamente pelo Sistema Eletrônico (COMPRASNET), ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.1.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, todavia, quando o pregoeiro conceder efeito suspensivo à ela deverá motivar nos autos do processo de licitação.

## 3. DA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES

3.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: [selic.protocolo@ac.gov.br](mailto:selic.protocolo@ac.gov.br) / [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente na sede da SELIC, **Estrada do Aviário nº. 927, Bairro Aviário, CEP nº 69.900-830 - Rio Branco-Acre**, no horário das 07:30 às 13:30 de segunda a sexta-feira. As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro(a) através dos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

## 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

4.2.1. Cujo o ramo de atividade seja compatível com o do objeto desta licitação;

4.2.2. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante **do item 11** deste Edital;

4.2.3. Estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLT/MP nº 03, de 26 de abril de 2018;

4.2.4. Não estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação EXCETO quando autorizada judicialmente ou

quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.

4.2.5. Empresa que NÃO esteja suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o órgão solicitante desta licitação, durante o prazo da sanção aplicada, conforme art. 87, III, Lei nº 8.666/93;

4.2.6. Empresa que NÃO tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, conforme art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93;

4.2.7. Empresa que NÃO esteja impedida de licitar e contratar com o Estado do Acre, durante o prazo da sanção aplicada, conforme art. 7º, Lei nº 10.520/2002;

4.2.8. Não tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.2.9. Não seja empresa ou instituição vinculada **ao Estado do Acre**.

4.3. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto ao SICAF, através do portal [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.4. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

4.4.1. Servidor de qualquer Órgão ou ENTIDADE vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

4.4.2. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.3. Sociedades Cooperativas.

4.4.4. OSCIP atuando nessa condição (Acórdão 746/2014 – TCU Plenário).

4.5. **Como requisito para participação no Pregão Eletrônico o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Termo de Referência no Anexo I do presente Edital, outra descrição complementar para a identificação clara do produto ofertado.**

4.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.6.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

## **5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO**

5.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento junto ao provedor do sistema e sua habilitação junto ao SICAF, antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

5.3. O credenciamento da Licitante dependerá de cadastro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.4. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da Licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.5. O uso da senha de acesso pela Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Órgão Contratante ou ao **Órgão Promotor** desta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento dos documentos necessários a Habilitação conforme item 12 do Edital e da Proposta de Preços com valor unitário e total de cada item a ser cotado, a partir da data da liberação do Edital no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>. Durante este período a Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.2. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no item acima, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o item 6.10.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Documentação, Proposta e lances inseridos em sessão pública.

6.5. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.6. **Em caso de divergência entre Edital e termo de Referência ou demais anexos, prevalecerá o termo do EDITAL.**

6.7. **Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições, conforme Modelo constante do Anexo III:**

a) Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (E-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

b) **Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.**

c) Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

d) Preço unitário e total de cada item, de acordo com o (s) preço (s) praticado (s) no mercado, conforme estabelece o inciso IV do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

e) Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

f) Para garantir a isonomia tributária aos licitantes, fica estabelecido que o licitante que não for contribuinte do ICMS do Estado do Acre, quando aplicar alíquotas deste tributo ao seu faturamento na origem, e estas forem inferiores às praticadas pelo Estado do Acre, deverá considerar nos cálculos de sua proposta as alíquotas do ICMS praticadas no Estado do Acre, visto que lhe será cobrada a diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada das mercadorias no Estado, conforme § 5º do art. 1º do Decreto nº. 13.287 de 29/11/2005.

g) **Especificações do objeto de forma clara e objetiva, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todo o produto ofertado, incluindo elementos que de forma inequívoca identifiquem que o produto cotado atendem as especificações solicitadas, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar proposta que não atenda às exigências editalícias.**

h) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

6.8. As propostas de preços deverão ser informadas apenas com duas casas decimais após a vírgula.

6.9. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada e analisada pelo Pregoeiro(a), seja com relação a prazo e especificações dos produtos ofertados ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6.10. A Proposta enviada implicará em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.11. O (A) Pregoeiro(a) verificará as Propostas enviadas, antes da abertura da fase de lances, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam **em conformidade** com os requisitos estabelecidos no Edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência ou apresentem identificação do licitante.

6.11.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.11.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de

aceitação.

6.12. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.13. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o **encerramento do envio de lances**.

## **7. DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. No dia e horário marcados, em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a sessão pública do presente Pregão Eletrônico, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas em conformidade com o item 7 – Proposta de Preços, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida ocorrerá o início da etapa competitiva, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> conforme Edital.

7.3. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da Internet.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1. Somente as Licitantes que apresentaram Propostas em consonância com o item 7, poderão apresentar lances para os itens cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.1.1. Assim como as Propostas, os lances serão ofertados conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo do edital.

8.2. **Será disponibilizado campo próprio no sistema para a troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes participantes ("chat"), quando convocadas pelo pregoeiro.**

8.3. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no "chat" do sistema.

8.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.

8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.6. Durante o transcurso da sessão pública, as Licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance ou percentual de desconto superior registrado que tenha sido apresentado pelas demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.7. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances.

8.7.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa aos participantes, no mesmo endereço eletrônico utilizado para divulgação, ou seja, <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>;

8.8. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no inciso I art. 25 do Decreto n.º 4.767, de 06 de dezembro de 2019.

8.9. A etapa de lances da sessão pública será encerrada automaticamente no modo de **disputa aberto**, após transcorrido dez minutos do seu início, caso não tenha sido prorrogada automaticamente;

8.9.1. A prorrogação automática da etapa de lances iniciais, por um período adicional de dois minutos, acontecerá caso exista o registro de lance(s) durante os últimos dois minutos da etapa competitiva inicial e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários;

8.9.2. O não registro de lances conforme o item acima, a sessão pública será encerrada automaticamente;

8.9.3. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, o definido no preâmbulo deste edital, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro (a) poderá, assessorado pela equipe de apoio, dar reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.11. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.12. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da Licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das Propostas.

## 9. DO ENCERRAMENTO DA ETAPA DOS LANCES

9.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a Proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação, após aplicação dos critérios de desempate estabelecidos na Lei Complementar Nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, a saber:

9.1.1. Se a proposta classificada em primeiro lugar for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP o Pregoeiro iniciará a fase de negociação direta do preço. Encerrada esta etapa, seguirá para fase de habilitação.

9.1.2. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for de microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, o Pregoeiro aplicará o critério de empate da lei e considerará as propostas iguais àquela melhor classificada e aquelas superiores em até 5% (cinco por cento), e selecionará dentre estas a melhor proposta, que terá preferência de contratação conforme § 2º do art. 44 da LC 123 de 14 de dezembro de 2006, mas condicionada a apresentar proposta com preço inferior àquela até então considerada a melhor proposta, na forma do inciso I do art. 45 da mencionada lei. Classificada a melhor proposta para o objeto a microempresa ou EPP, irá para fase de negociação do preço diretamente com o Pregoeiro. Concluída esta etapa seguirá para fase de habilitação.

9.1.3. Caso não ocorra lances, deverá ser verificado o valor estimado e a especificação técnica prevista no edital.

9.1.4. **Não será aceito e adjudicado item ou lote cujo preço unitário seja superior ao estimado para a contratação;**

9.2. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.2.1. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;

9.2.2. Ao licitante é assegurado o prazo de 5 (cinco) minutos para aceitação da contraproposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado, podendo este prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro e registrado em ata.

9.3. Cumpridas as etapas anteriores e aceita a proposta, o Pregoeiro verificará, no sistema, a habilitação da Licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

9.4. Caso a Licitante não atenda aos requisitos da Habilitação, será observado o seguinte procedimento:

9.4.1. Se a proposta classificada pertence a uma microempresa ou EPP, e desde que só exista irregularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para regularização, e a declarada vencedora do objeto. Iniciando-se a contagem do prazo a partir deste momento, podendo ser prorrogado por igual período a critério da administração pública, desde que requerido tempestivamente pelo licitante. Caso o licitante não regularize sua situação fiscal, o Pregoeiro consultará a documentação do Licitante da proposta classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado declarado vencedor. Nas demais causas de inabilitação será chamado o licitante seguinte na ordem de classificação.

9.4.2. Se a proposta classificada não pertencer à microempresa ou EPP, o Pregoeiro convocará o licitante da proposta classificada em segundo lugar, negociará o preço e em seguida procederá ao exame da habilitação, e assim sucessivamente, até que uma oferta e seu autor atendam, integralmente, aos requisitos de Habilitação contidos no Edital, sendo, então, o Licitante habilitado, declarado vencedor.

9.5. Se a Proposta não for aceitável ou se a Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a Proposta e documentações subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma Proposta e documentação habilitatória que atenda ao Edital, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ele adjudicado o objeto do certame.

9.5.1. Será aceito apenas o registro de uma única Proposta vencedora para cada item, existindo a possibilidade de convocar Licitantes na ordem de classificação, e assim sucessivamente, caso haja desistência do vencedor.

9.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

9.7. Na fase de aceitação o pregoeiro poderá solicitar aos licitantes, o envio da proposta atualizada e, se necessário, os documentos complementares, por item inclusive, relativamente ao último lance ofertado após negociação, podendo também solicitar apenas do licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar.

9.7.1. Para tanto, o pregoeiro fará uso da opção "**Convocar Anexo**", selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link "Anexar", disponível apenas para o fornecedor selecionado.



9.7.2. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do pregoeiro, após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.8. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Pregoeiro declarará a(s) empresa(s) como vencedora(s) do(s) respectivo(s) item(s) ou lote(s).

9.9. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

10.2. O empate entre duas ou mais Licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as Propostas e quando não houver lances para definir o desempate. No caso de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.3. Será admitido apenas 01(um) Licitante vencedor para cada item.

10.4. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da Proposta e dos documentos de habilitação, que não venham causar prejuízo para ao órgão solicitante da Licitação, a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, e nem firam os direitos das demais Licitantes.

10.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço estimado pelo órgão contratante ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.2. Podendo o Pregoeiro realizar diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

10.6. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

11.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

### **11.3.1. Habilitação Jurídica**

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Em se tratando de microempreendedor individual - MEI:

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

#### 11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

b) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria Geral do Estado, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual.

c) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

#### 11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b) Balanço patrimonial e a demonstração de resultado contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, devidamente assinados pelo proprietário e profissional de contabilidade e/ou Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

b.2) Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

b.2.1) publicados em Diário Oficial; ou

b.2.2) publicados em jornal de grande circulação; ou

b.2.3) por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; sendo também admitida a autenticação pelo Sistema de Escrituração Digital – SPED, mediante apresentação do comprovante de autenticação digital; ou

b.2.4) por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**b.3)** Para Sociedades Anônimas, cópia autenticada da publicação do Balanço em Diário Oficial ou jornal de grande circulação da sede do Licitante;

**b.4)** Para Sociedades Limitadas, cópias autenticadas devendo ser assinadas por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade.

**b.5)** Para as demais empresas, cópias legíveis e autenticadas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a demonstração do resultado, devendo ser assinado por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo administrador da sociedade empresária.

**b.6)** As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham Balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido com data de até 90 (noventa) dias anterior à data de abertura da licitação.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço, que possui Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% do valor de sua



proposta, na forma da lei, de acordo com os §3º do artigo 31 da Lei nº 8.666/93.

d) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015);

e) O Microempreendedor Individual - MEI, participante do certame deverá apresentar a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN, ficando dispensado da emissão do documento fiscal previsto no inciso I do caput do art. 26 da LC 123/2006.

#### 11.3.4. Qualificação Técnica

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. Os documentos necessários à habilitação quando estiverem desatualizados no SICAF ou, ainda, quando não estiverem nele contemplado, deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta de preços, em original, ou cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em Órgão da imprensa oficial, conforme prazos acima citados.

11.5. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.6. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.9. A Licitante que for declarada vencedora de algum **LOTE** do presente Edital, terá o prazo de 02 (duas) horas, contadas a partir da convocação feita pelo(a) Pregoeiro(a) via sistema, para enviar a proposta final ajustada ao último valor ofertado e documentos complementares (quando for o acaso), devendo serem anexados, preferencialmente, em campo próprio do sistema Compras Governamentais, ou excepcionalmente, remetidos para o endereço eletrônico [selic.protocolo@ac.gov.br](mailto:selic.protocolo@ac.gov.br) / [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), PODENDO O PRAZO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO PELO PREGOEIRO E REGISTRADO NO SISTEMA.

11.9.1. Visando o princípio da transparência, os documentos remetido para o e-mail [selic.protocolo@ac.gov.br](mailto:selic.protocolo@ac.gov.br) / [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com) serão disponibilizados, pelo pregoeiro(a) no endereços eletrônico <http://ac.gov.br/licitacoes/> junto ao edital da licitação, para consultas pelos interessados, além dos demais já inseridos no endereços eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>,

11.10. A Licitante estrangeira deverá apresentar todos os documentos equivalentes aos exigidos as Licitantes brasileiras, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil, no caso de ser considerada vencedora.

11.11. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação da Licitante primeira classificada e a convocação dos demais licitantes, conforme ordem de classificação.

## 12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Para fins de aceitação das propostas classificadas, após a emissão de parecer técnico do órgão contratante ou após realização de diligências pelo Pregoeiro(a), visando subsidiar sua decisão ou sanear possíveis erros ou falhas que não alterem as substâncias das propostas;

12.1.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento

da etapa de lances.

12.2. Os licitantes serão comunicados sobre a reabertura da sessão, para acompanhar a continuidade da mesma.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail e mensagem no sítio eletrônico utilizado para divulgação <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>, com antecedência mínima de vinte e quatro horas, e a ocorrência será registrada em ata.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Qualquer Licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, imediatamente após a divulgação da vencedora, em campo próprio do Sistema Eletrônico, **no prazo de trinta minutos**, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.3. Será concedido a Licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentar as razões de recurso, ficando as demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.4. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente do Órgão Promotor adjudicará o objeto à licitante classificada.

13.7. Adjudicado o objeto ao licitante classificado, a Autoridade Superior do Órgão Contratante homologará o resultado da licitação para fins de contratação.

13.8. Declarado o vencedor, o procedimento deverá ser registrado em ata e abrir-se-á novo prazo recursal, prosseguindo-se normalmente, com as demais fases previstas no Edital.

13.9. Os autos do processo originais permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, sítio a Estrada do Aviário nº 927, Bairro Aviário, CEP Nº 69900-830 - Rio Branco - Acre, telefone (68) 3215-4600, horário das 07:30 às 13:30 de segunda a sexta-feira.

### 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso, após o recebimento dos documentos conforme previsto no item 11.9.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente (Órgão Contratante) e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à Licitante vencedora.

14.3. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá ser submetido à autoridade competente (Órgão Promotor) para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

### 15. DO PAGAMENTO

15.1. Será conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.

### 16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Será conforme os termos constantes do anexo I deste Edital.

### 17. DO TERMO DE CONTRATO

17.1. Homologada a licitação pela autoridade competente, será lavrada Ata, com a empresa adjudicada, com 12 (doze) meses de vigência, a contar da data de sua assinatura.

17.2. A Licitante vencedora deverá apresentar alvará de funcionamento (no ato da contratação).

17.3. A Licitante vencedora deverá comparecer para firmar o Contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

17.4. Na hipótese de a adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar a ata ou o Contrato e não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei N.º 10.520/02, e a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, convocará as demais Licitantes classificadas e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 7º da mesma lei.

17.5. Como condição para celebração do Contrato, a Licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

17.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor **do órgão contratante**, designado como Representante, que anotará, em registro próprio,

todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

17.7. O presente Edital e seus Anexos, bem como a Proposta da Licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato a ser firmado, independentemente de transcrição.

17.8. As sanções a serem aplicadas devem obedecer ao decreto Estadual nº 5.965/2010, que, dentre outras matérias, dispõe sobre o procedimento administrativo e a aplicação de sanções por ilícitos administrativos cometidos por fornecedores nas licitações, no âmbito do Estado do Acre.

## **18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

18.1. Não se aplica.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei 8.666/93 e nas formas indicadas pelo Decreto Estadual nº. 5.965 de 30 de dezembro de 2010 (disponível no endereço: [www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br) > licitações > legislação relacionada a compras e licitações) e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

19.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

19.4. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão contratante, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

19.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, e no caso de suspensão de licitar o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

19.7. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente - pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão contratante, durante a execução do contrato.

19.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

19.9. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

19.10. Aos fornecedores que praticarem ilícitos administrativos na licitação, no procedimento de dispensa ou inexigibilidade licitatória e nos contratos, serão aplicadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão; e
- IV - declaração de inidoneidade.

§ 1º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.

§ 2º Quando o fornecedor, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica duas ou mais infrações administrativas, idênticas ou não, as penas aplicadas serão cumuladas, respeitados os limites máximos de:

I - dois anos para as licitações realizadas nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso e leilão, para os seus respectivos contratos e para os contratos decorrentes de procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação; e

II - cinco anos para as licitações realizadas na modalidade pregão e para os seus respectivos contratos.

19.11. A advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor, em decorrência de atos menos graves e que ocasionem menores riscos para a Administração e, se for o caso, conferindo prazo para a adoção de medidas corretivas cabíveis;

19.12. A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:

- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não

realizada;

II - 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;

III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e

IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame, tais como:

- a) proposição de recursos manifestamente protelatórios;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- d) não cumprimento dos requisitos de habilitação na modalidade pregão, embora o licitante tenha declarado previamente no certame que os cumpria;
- e) não apresentação da nova proposta no prazo estabelecido, na modalidade pregão, consoante valor ofertado nas fases de lances ou de negociação; e
- f) tumultuar a sessão pública da licitação.

V - 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta vencedora, ou sua correspondente nas dispensas e inexigibilidades de licitação, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração ou pelo descumprimento de qualquer cláusula pactuada, à exceção do descumprimento do prazo de realização ou entrega do objeto, já prevista nos incisos I, II e III.

## **20. DO LOCAL DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS**

20.1. Será conforme os termos do anexo I deste Edital.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do **pelo órgão contratante**, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 32 § 1º e 2º, do Decreto nº. 4.767/2019 e art. 50, parágrafo único, do Decreto nº 10.024/2019.

21.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da Proposta.

21.3. Ao Pregoeiro ou a autoridade competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

21.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.5. Após apresentação da Proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto **pelo órgão contratante**.

21.7. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa, ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF e inscrito no portal do CEIS, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no contrato e das demais cominações legais.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.

21.10. Para fins de aplicação da sanção administrativa constante no presente Edital, o lance é considerado Proposta.

21.11. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

21.12. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados no prazo de validade da ata e poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do

procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21.14. O Edital e seus Anexos, podem ser lidos e retirados através da Internet nos sites <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e <http://ac.gov.br/licitacoes/>, como também informações sobre o andamento do mesmo.

21.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou e-mail [selic.protocolo@ac.gov.br](mailto:selic.protocolo@ac.gov.br) / [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).

21.16. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Rio Branco- AC, 17 de Agosto de 2023

**Carolynne Renata Maia de Santana**  
Pregoeiro (a)



Documento assinado eletronicamente por **CAROLYNE RENATA MAIA DE SANTANA, Pregoeira**, em 17/08/2023, às 12:59, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **8047136** e o código CRC **BDCD2E2C**.

## ANEXOS DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

### ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 33/2023/CASMIL

Processo nº 0447.015583.00007/2023-69

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente procedimento tem por finalidade a realização de Pregão Eletrônico para a contratação de Seguro Aeronáutico Tipo **CASCO** para Aeronave de Asas Fixa da Casa Militar.

#### 2. DO OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro aeronáutico, na modalidade **CASCO** de 3 (três) aeronaves de asas fixa pelo período (doze) meses, em todo território nacional para atender as aeronaves pertencentes à frota da Casa Militar, conforme condições e especificações descritas neste instrumento.

#### 3. DA IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E VALOR

3.1. Os itens e valores estimados do objeto serão estipulados de acordo com a tabela abaixo descrita:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Seguro Aeronáutico TIPO CASCO aeronave de asas Fixa <b>Modelo EMB-810D, Nº de Série 810461, TIPO ICAO PA34 (SENECA)</b> ano de fabricação 1980 – Matrícula <b>PP-FFZ</b> .	Unidade	01		
2	Seguro Aeronáutico TIPO CASCO aeronave de asas Fixa <b>Modelo A36, Nº Série E578, TIPO ICAO BE36 (BONANZA)</b> ano de fabricação 1974 – Matrícula <b>PT-KIP</b> .	Unidade	01		
3	Seguro Aeronáutico TIPO CASCO aeronave de asas Fixa <b>Modelo 58, Nº Série TH-1203, TIPO ICAO BE36 (BARON)</b> ano de fabricação 1980 – Matrícula <b>PT-LZW</b> .	Unidade	01		
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO - R\$					R\$

3.2. Não obstante o julgamento ser do tipo menor preço global, informamos que os preços unitários deverão ser respeitados.

3.3. O valor total do lote único será composto pela soma dos valores unitários para cada item.

#### 4. DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA APÓLICE

4.1. O seguro aeronáutico tem suas normas relacionadas nas condições Gerais e Especiais regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) ou por seguradoras admitidas ou eventuais autorizadas pela SUSEP. Todas as normas deverão obedecer ao disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei Nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, em seu capítulo VI, Da Garantia de Responsabilidade, art. 281, ART. 1º, I, da Circular BACEN Nº 2.217, de 24 de agosto de 1992, e legislação apropriada, além de atender ao disposto no presente projeto. Deverá constar obrigatoriamente na apólice emitida pela empresa vencedora do certame que aeronaves pertencentes a Casa Militar realizam as seguintes operações:

- 4.1.1. Operações de Segurança Pública em Geral;
- 4.1.2. Aero patrulhamento tático policial;
- 4.1.3. Combate ao tráfico de drogas;
- 4.1.4. Rebeliões em presídios;
- 4.1.5. Roubo de veículos e cargas;
- 4.1.6. Defesa Civil;
- 4.1.7. Combate a incêndios;
- 4.1.8. Transporte de órgãos;
- 4.1.9. Auxílio a grandes operações;
- 4.1.10. Transporte aeromédico;
- 4.1.11. Resgate de vítimas em locais de difícil acesso (busca e salvamento);



4.1.12. Transporte de tropa em locais aonde o transporte terrestre e marítimo não tem acesso;

4.1.13. Operações com carga externa tais como o uso do Bambi Bucket, Mc'guire, cesto de salvamento, pucá, sling, rede de carga.

4.1.14. Toda e qualquer operação relacionada ao trabalho da Casa Militar, e em apoio a outros órgãos públicos, no interesse público e em interesse da administração pública.

4.2. Outro fator importante a ressaltar e que deve estar explícito de forma clara na apólice é que todos os pilotos em comando das aeronaves possuem no mínimo 500 horas de voo totais e não necessariamente 500 horas de voo em comando nas aeronaves citadas neste Termo de Referência, sendo que os pilotos que não possuem esta quantidade de horas poderão atuar apenas na função de segundo piloto em comando.

4.3. SEGURO AERONÁUTICO (MODALIDADE CASCO): É a cobertura destinada a proteção da aeronave em si contra algum dano ocorrido a mesma, seja ele por acidente ou por ato de terceiros. Essa garantia envolve o reembolso nos casos de perda ou avaria das aeronaves, com limite máximo de indenização igual ao seu valor de mercado. O serviço prestado deverá prover cobertura referente aos danos materiais ocasionados à estrutura de casco da aeronave e seus motores quando em voo, em rolamento ou quando em permanência no solo, incluindo todos os seus componentes de fábrica, os acessórios e equipamentos afixados na sua estrutura através de modificações homologadas e acessórios enquanto a bordo, devendo cobrir todos os riscos que possam causar danos à aeronave. A cobertura do seguro deverá abranger as Condições Gerais para Seguros Aeronáuticos (Garantia CASCO) e demais cláusulas especiais adicionais contratadas, estipuladas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e pelo IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), como:

4.3.1. Operação aérea policial e/ou de defesa civil é uma operação realizada com aeronaves e conduzida por organização policial ou do Corpo de Bombeiros.

4.3.2. Organização policial faz parte da administração pública direta, estadual, municipal, destinada a assegurar a ordem e a segurança pública ou destinadas a proteger e apoiar a população emergências, também podendo combater incêndios de qualquer tipo.

4.3.3. As operações aéreas policiais são regulamentadas pela pelo RBAC 90 e AIC Nº 06/06 do DECEA compreendem operações de busca, salvamento, resgate, cerco, observação de cortejos, controle de tumultos, distúrbios e motins, controle de tráfego rodoviário, ferroviário e urbano, prevenção e combate a incêndios de qualquer tipo e patrulhamento de cidades, florestas, mananciais, estradas e rios.

4.3.4. O seguro deverá cobrir, ainda, os casos de instrução de pilotos, remoção e resgate aero médico, transporte de autoridades, transporte de tropas policiais, transporte de presos, atividades de salvamento em altura, exibição em desfile cívico e militar, atividades de guincho ou gancho, transporte, como carga, de explosivos e/ou inflamáveis por força maior que sobrevenha a necessidade de socorro de vida e/ou aeronave e voos de manutenção aeronáutica. Os voos de manutenção aeronáutica deverão possuir cobertura do seguro mesmo em caso da aeronave estar em condição de permanência no solo.

4.4. GARANTIA DE CASCO - PERDA OU AVARIA DA AERONAVE, incluindo:

4.4.1. Cobertura;

4.4.2. Prejuízos não indenizáveis;

4.4.3. Responsabilidade por danos a pessoas;

4.4.4. Danos ocorridos quando a aeronave estiver em pouso, decolagem ou tentativa de realizá-los em lugares que não sejam pista preparada ou aeródromos ou aeroportos homologados ou registrados, ou fora do horário normal de operação de aeródromo, quando nas operações descritas no objeto deste Termo de Referência ou em caso de emergência, independente de prévia autorização da autoridade aeronáutica ou do proprietário/inquilino e desde que o piloto em comando tenha apurado previamente as condições do local de pouso e tenha examinado o local por sobrevoo ou passagem imediatamente anterior ao pouso;

4.4.5. Reposição (opções de indenização ao segurado), tais como:

4.4.6. Pagamento em dinheiro no caso de perda total;

4.4.7. Mandar reparar os danos em caso de perda parcial;

4.4.8. Substituir a aeronave por outra equivalente.

4.5. No caso de reposição caberá à seguradora à escolha de um dos critérios de indenização apresentado. Caso a opção feita seja pela substituição ou reparação da aeronave, a seguradora na impossibilidade de tal reparação ou substituição indenizará o respectivo valor em moeda corrente.

4.6. Acrescido das seguintes cláusulas adicionais, que passam a ser obrigatórias:

4.6.1. Transporte de inflamáveis, munições e explosivos como carga;

4.6.2. Ventos com velocidade superior a 60 nós;

4.6.3. Estando a aeronave em solo ficam incluídos não somente, os danos causados por ação humana mas os danos eventuais decorrentes de eventos da natureza como incêndio, raios, descargas elétricas, roubo, danos causados por animais, o vento ou granizo, quedas, desabamentos parciais ou totais do hangar ou choque com veículos não segurados ou outras aeronaves;

4.6.4. Cobertura para voos de traslado até oficina de manutenção com programa de manutenção vencido ou Certificado de Aeronavegabilidade suspenso/cancelado desde que previamente autorizados pela Agência Nacional de Aviação Civil.

4.6.5. Reintegração automática da importância segurada.

4.7. REAJUSTAMENTO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA: Nem o prêmio nem as IS (Importâncias Seguradas) serão reajustadas ao longo do transcurso dos 12 (doze) meses do contrato, a não ser por aditivo contratual, justificado e outorgado conforme diploma legal.

4.8. A franquia será de 5% (cinco por cento) da importância segurada para cada aeronave para todo e qualquer sinistro, inclusive em caso de perda total.

4.9. Em caso de indenização, decorrente de prejuízo inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor ajustado, o Limite Máximo de Indenização Casco previsto ficará reintegrado do valor da indenização paga, com cobrança de prêmio proporcional.

## 5. DO ESTORNO DO PRÊMIO À CONTRATANTE POR PARALISAÇÃO DA AERONAVE E DACOBERTURA CASCO LIMITADA À PERMANÊNCIA EM SOLO

5.1. A permanência das aeronaves no solo para revisão, reconversão, reparos, ou por qualquer outro motivo antes do início do contrato dará direito à CONTRATANTE a uma devolução de proporcional de prêmio conforme item 5.5, não estará previsto GRO - "GROUND RISKS ONLY" para aeronaves que estejam operando a partir da vigência do contrato;

5.2. Para a aeronave **Baron 58, matrícula PT LZW**, que integra a frota da Casa Militar, contudo é bem sob custódia judicial, em caso de mandado judicial de restituição do bem à CONTRATANTE terá direito a devolução proporcional de prêmio pelo critério do valor calculado "pro-rata-temporis" da diferença entre a taxa dacobertura casco e o período de uso exclusivo pela Casa Militar.

5.3. O contratante deverá comunicar previamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, o momento exato (dia/mês/ano) em que a aeronave entrar na condição de permanência no solo, bem como a data do retorno a voo da aeronave que estava paralisada a aplicação desta condição;

5.4. O contratante deverá comunicar previamente o retorno à operação da aeronave à contratada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, considerando-se, contudo, adata do primeiro voo de experiência para o retorno da cobertura completa;

5.5. A contratada deverá manter cobertura parcial apenas para os riscos envolvidos na permanência da aeronave em solo (SEGURO GRO - "GROUND RISKS ONLY"), limitada aos danos sofridos pela(s) aeronave(s) segurada(s), quando:

a) Estacionada em local permitido, devidamente hangarada ou esteiada;

b) Em serviço de manutenção, inclusive em testes de motores em terra; e

c) Em remoção de um lugar para o outro no mesmo aeródromo, sem que estejam sendo utilizados seus próprios meios de propulsão e sendo rebocada por veículo adequado para este fim.

5.6. No período da manutenção da cobertura para riscos no solo (GRO) será devido o prêmio com desconto de 60% relativo ao seu valor total;

5.7. Em qualquer dos casos acima, será calculado o valor "pro-rata-temporis" da diferença entre a taxa dacobertura casco e a de permanência no solo (sem cobertura ou com cobertura "GROUND RISKS ONLY") devendo o montante resultante ser devolvido à CONTRATANTE;

5.8. A devolução de que trata o item anterior será creditada na conta vinculada ao contratante, 30 dias úteis após o término da vigência do contrato.

## 6. DA RELAÇÃO DA FROTA DE AERONAVES DA CASA MILITAR E VALORES SEGURADOS

6.1. As aeronaves que atualmente fazem parte da frota deste Órgão são as descritas a seguir:

FABRICANTE	MODELO	NÚMERO DE SÉRIE	PREFIXO	COMBUSTÍVEL	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (LMI) - CASCO (R\$)
Embraer	Seneca III EMB 810D	810461	PP FFZ	Gasolina	R\$ 850.753,13
Beechcraft	Bonanza A36	E578	PT KIP	Gasolina	R\$ 1.354.903,13
Beechcraft	Baron 58	TH-1203	PT LZW	Gasolina	R\$ 1.638.487,50

6.2. O total geral da importância segurada em moeda nacional é de R\$ 3.844.143,76 (três milhões oitocentos e quarenta e quatro mil cento e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), em dólar americano US\$ 775.858,02 (setecentos e setenta e cinco oitocentos e cinquenta e oito e dois), considerando valores referências do Bluebook Winter de cada modelo de aeronave. Os riscos cobertos serão, até o Limite Máximo de Indenização fixado na apólice.

6.2.1. Todos os valores apresentados neste Termo de Referência que estão em dólar americano, para efeito de conversão cambial, será utilizado a cotação do dólar PTAX do dia 11/05/2023, no valor de R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos), retirado do site do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/>).

## 7. DAS JUSTIFICATIVAS PARA ABERTURA DO PROCESSO

7.1. Considerando-se com base na Lei Complementar nº 387, de 2 de julho de 2021, que altera a Lei Complementar nº 359, de 24 de maio de 2019 (Altera a Lei Complementar nº 355, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura administrativa, política e operacional do Poder Executivo), e conforme disposição da alínea d, inciso V, do art. 32 c/c art. 31, no que diz respeito a competência da Casa Militar em planejar, coordenar e executar a aviação de asa fixa no cumprimento de suas atribuições e em apoio às secretarias de Estado e aos demais órgãos e entidades públicas.

7.2. Considerando a recente aquisição pela Casa Militar de equipamentos para instalação e implementação do serviço de UTI-Aérea, serviço este previsto dentro das metas deste Órgão constantes do Plano Anual de Contratações.

7.3. Considerando que para a presente implementação faz-se necessário que as aeronaves estejam seguradas por seguro Tipo Casco a fim de garantir repasses financeiros para custeio das atividades aeromédicas captados junto ao Ministério da Saúde por intermédio da Secretaria de Saúde do Estado do Acre conforme Termo de Cooperação nº 2/2022/CASMIL (4120977).

7.4. Considerando que as aeronaves pertencentes a Casa Militar são empregadas em operações de busca e salvamento, transporte de órgãos, auxílio a grandes operações, transporte aeromédico, resgate de vítimas em locais de difícil acesso, transporte de pessoal em locais onde o transporte terrestre e marítimo não tem acesso, assistindo à sociedade como um todo, tendo como objetivo primordial salvar e defender vidas humanas.

7.5. Considerando que o processo em tela trata-se de contratação de um serviço visando aumento da eficiência nas solicitações de voos atendidas pela Diretoria de Operações Aéreas da Casa Militar (DOA), realizadas no cumprimento das atribuições da Administração Estadual de maneira a obter sucesso nas demandas executadas por este Órgão.

7.6. Considerando que em consonância com a visão de futuro da alta direção da Administração Estadual, através do presente processo busca-se com que a Casa Militar almeje a modernidade e eficiência no cumprimento de suas atribuições institucionais, tendo em vista que será uma importante ferramenta para atuação com segurança dos servidores deste Órgão, zelando pelo patrimônio e gerando economia aos cofres públicos.

7.7. Todas as atividades realizadas pelo Governo do Estado do Acre como operador das aeronaves em apreço são regulamentadas pelo CBA (Código Brasileiro de Aeronáutica), RBHA (Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica) e ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil - Brasil). Ressalta-se que seguro com cobertura para **CASCO** é a garantia de proteção da aeronave em si, os principais riscos cobertos e indenizáveis até o limite máximo da importância segurada da própria Aeronave, exemplo: acidentes, qualquer que seja a causa exceto os riscos excluídos de acordo com as condições gerais de cada seguradora; atos danosos praticados por terceiros; os danos materiais causados a Aeronave em decorrência de um risco coberto; as despesas de socorro e de salvamento da Aeronave sinistrada, quando necessárias e devidamente comprovadas.

7.8. Considerando que a necessidade da contratação de seguro aeronáutico visa também atender as normas instituídas pelo Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA, Lei Nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, especialmente em seu Capítulo VI - Das Garantias de Responsabilidade, principalmente os artigos 281 e 283, abaixo transcritos:

“Art. 281. Todo explorador é obrigado a contratar o seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação:

I - aos danos previstos neste Título, com os limites de responsabilidade civil nele estabelecidos (artigos 257, 260, 262, 269 e 277) ou contratados (§ 1º do artigo 257 e parágrafo único do artigo 262);

II - aos tripulantes e viajantes gratuitos equiparados, para este efeito, aos passageiros (artigo 256, § 2º);

III - ao pessoal técnico a bordo e às pessoas e bens na superfície, nos serviços aéreos privados (artigo 178, §2º, e artigo 267, I);

IV - ao valor da aeronave.

Parágrafo único. O recebimento do seguro exime o transportador da responsabilidade (artigo 250).”

“Art. 283. A expedição ou revalidação do certificado de aeronavegabilidade só ocorrerá diante da comprovação do seguro, que será averbado no Registro Aeronáutico Brasileiro e respectivos certificados.

Parágrafo único. A validade do certificado poderá ser suspensa, a qualquer momento, se comprovado que a garantia deixou de existir.”

7.9. Considerando-se que toda a operação aérea e, em especial, as operações de Transporte Aeromédico, Pessoas e Cargas, revestem-se de um risco gerenciável, mas que não pode ser totalmente eliminado, mesmo com a aplicação diligenciosa de programas de prevenção de acidentes aeronáuticos. Somando-se a este fato, há que se considerar o valor das aeronaves em questão e o imensurável valor das vidas envolvidas.

7.10. Considerando-se que dessa feita, para que a Casa Militar, através da Diretoria de Operações Aéreas, consiga realizar suas missões (atividade fim), é necessário manter as condições das aeronaves de acordo com os órgãos reguladores e a legislação vigente.

7.11. Diante do exposto, justifica-se a abertura deste processo licitatório para contratação de seguro aeronáutico de Casco, visando atender às necessidades das aeronaves de asas fixas pertencentes à frota da Casa Militar atinentes ao objeto deste certame.

## **8. DA JUSTIFICATIVA PARA O LOTE ÚNICO**

8.1. Este Termo de Referência foi elaborado com agrupamento dos itens em um LOTE ÚNICO, para a frota de aeronaves da Casa Militar, haja vista tratar-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro aeronáutico, das aeronaves, principalmente para as coberturas de seguro casco, não sendo possível ser licitado em itens isolados, pois assim causaria prejuízo ao conjunto a ser contratado. Ademais, em se tratando de mesmo contratado para o LOTE, o valor global será economicamente mais viável.

8.2. O TCU se manifestou sobre o tema através da Súmula 247 - TCU/2007:

[...] “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o**

**conjunto ou complexo ou perda de economia de escala**, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade". **(GRIFO NOSSO)**.

[...]

8.3. 6.3. No presente caso o agrupamento de itens por LOTE encontra respaldo por haver total correlação/compatibilidade entre cada item que os compõem, de forma que encontra-se em consonância inclusive com as regras de mercado para a execução do serviço, de modo a manter a competitividade necessária à disputa.

## **9. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

9.1. O presente procedimento encontra amparo legal nos diplomas normativos, e suas alterações posteriores, abaixo mencionados:

I - Decreto Estadual nº 5.965/2010 (que dispõe sobre o procedimento administrativo e a aplicação de sanções por ilícitos administrativos cometidos por fornecedores nas licitações, suas dispensas e inexigibilidades e nos contratos da Administração Pública, no âmbito do Estado do Acre);

II - Decreto Estadual nº 4.767/2019 (que regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito do Estado do Acre);

III - Lei nº 10.520/2002 (que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências);

IV - Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

V - Lei Complementar - LC nº 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte);

VI - Demais diplomas normativos e instrumentos legais pertinentes ao assunto.

## **10. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1. O procedimento do presente Termo de Referência será realizado mediante licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO.

10.2. A escolha da modalidade de licitação Pregão, na forma eletrônica, se justifica devido aos serviços a serem prestados enquadrarem-se na classificação de "serviços comuns", nos termos do Decreto nº 4.767, de 06 de dezembro de 2019.

10.2.1. Conforme o art. 2º, § 1º, do referido Decreto, bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado.

10.3. A seleção da proposta mais vantajosa para a Administração deverá ser realizada observando-se o critério de MENOR PREÇO PARA O LOTE ÚNICO oferecido pelos participantes do certame.

10.4. Será considerado vencedor do certame, o LICITANTE que oferecer o MENOR PREÇO e, consequentemente, o MENOR VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE ÚNICO pela execução do objeto deste processo.

10.5. Nas propostas deverão estar computados todos os tributos, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente, tenham relação com o objeto do certame, isentando a Administração de quaisquer ônus por despesas decorrentes.

10.6. No caso de ocorrer(em) empate(s) nas propostas apresentadas, os critérios utilizados para escolha do vencedor serão os estabelecidos no Edital e/ou na legislação que especifica o assunto.

## **11. DA JUSTIFICATIVA DA NÃO ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. De acordo com o art. 15, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, as compras sempre que possível deverão ser processadas através de Sistema de Registro de Preços, entretanto, de acordo com o art. 2º, do Decreto Estadual nº 5.967/2010:

[...]

Art. 2º Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições;

III - quando for conveniente a contratação para aquisição de bens ou prestação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; e

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

[...]

11.2. A presente contratação não será processada pelo Sistema de Registro de Preços, em razão do objeto não se enquadrar no disposto nos incisos I, II, III e IV, art. 2º, do Decreto Estadual nº 5.967/2010, por se tratar de serviço com execução previamente definida em quantidades certas neste Termo de Referência, afastando a aplicação do Sistema de Registro de Preços, uma vez que não haverá necessidade de contratações frequentes ou de serviços remunerados por unidade de medida e, ainda, por ser possível definir previamente o quantitativo de serviço a ser demandado por esta Administração. Por

outro lado, a presente contratação não se enquadra, igualmente no inc. III, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 5.967/2010.

## 12. DA ESPECIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa proveniente deste Processo de Despesa Pública correrá por conta dos recursos consignados à Casa Militar, pela Lei Orçamentária Anual do Estado do Acre, sendo que, no caso de haver a contratação do objeto no ano de 2023, as especificações orçamentárias serão as seguintes:

UNIDADE GESTORA - UG	ATIVIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
447	001	06183142121010000	33.90.39.00.00	15000100 (Recursos Próprios)
				15000200 (Convênios)
				15000600 (Recursos Ordinários)

12.1.1. Nas hipóteses de atendimento a demandas de outros órgãos da Administração Pública, tais demandas serão atendidas através de convênios, conforme descrito na tabela acima, ou outras fontes.

## 13. DA LOCALIDADE ONDE SE REALIZARÁ A LICITAÇÃO

13.1. O processo licitatório deverá ocorrer em Rio Branco/AC, na sede da Secretaria Adjunta de Licitações do Acre, sito à Estrada do Aviário, nº 927, Bairro Aviário, CEP: 69.900-830 - Fone (68) 3215-4600.

## 14. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO, DA REGULARIDADE E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA CONTRATADA

14.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos e serão disciplinadas no Edital;

14.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pela CONTRATADA também estarão previstos no Edital.

14.3. Em relação aos critérios de qualificação técnica, a documentação limitar-se-á:

I - Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a aptidão para a prestação dos serviços compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação dos serviços ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado;

II - Conforme facultado pelo § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/1993, durante a análise dos documentos, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos ou outras informações que julgar necessárias junto aos órgãos/empresas emitentes de atestados de capacidade técnica, quando exigidos. Se nos atestados não constarem número de telefone/ou fax, bem como nome legível dos emitentes, o Pregoeiro poderá solicitar às empresas que indiquem estes dados.

## 15. DA PROPOSTA

15.1. A apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições do Edital;

15.2. Na proposta de preços deverá constar a discriminação detalhada dos serviços, tipo, a quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, já considerando todas as despesas, tributos, fretes, transportes e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados nestes documentos.

## 16. DO PRAZO PARA FORMALIZAÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. Após a adjudicação do objeto e homologação do certame pela autoridade competente, a administração da Casa Militar convocará a empresa vencedora, que, depois de convocada, terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para assinar o Termo contratual, ou documento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo e/ou na legislação pertinente.

16.2. O prazo, que se refere o subitem anterior, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado e devidamente justificado durante o seu transcurso, desde que seja aceito pela administração da Casa Militar.

16.3. Aplica-se também, no que couber, e caso necessário, o disposto no art. 64, §§ 2º e 3º, da Lei nº 8.666/1993.

16.4. A contratação proveniente deste Processo de Despesa Pública terá prazo do seguro de 12 (doze) meses, com a vigência a partir da emissão da apólice de seguro para o tanto para Casco.

## 17. DO VALOR DO CONTRATO

17.1. O valor da contratação do objeto do presente Termo de Referência será estabelecido em Termo contratual ou instrumento equivalente.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será permitida a subcontratação.

18.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

I - Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação que foram exigidos na licitação;

II - Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

III - Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;

IV - Haja a anuência expressa da Casa Militar quanto à continuidade do contrato.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

19.1. São responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

I - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;

II - Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio do fiscal ou demais servidores que estiverem acompanhando a prestação dos serviços nas aeronaves;

III - Realizar o gerenciamento e fiscalização do contrato;

IV - Receber os serviços e realizar os respectivos pagamentos nos prazos pactuados, desde que atendidas as condições para tanto;

V - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidores designados como representantes do CONTRATANTE (gestor e fiscal do contrato), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

VI - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive as resultantes de imperfeições técnicas, emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

VII - O setor responsável pela execução do objeto comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

VIII - Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis, quando necessárias;

IX - Zelar pela boa qualidade dos serviços e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

X - Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, principalmente as consideradas de natureza grave;

XI - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

XII - Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;

XIII - O CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar nas notas fiscais/faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstos neste instrumento e/ou na legislação, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA, caso ocorra.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. São obrigações da empresa CONTRATADA, sem prejuízo de outras fixadas na legislação vigente:

I - Executar os serviços dentro das especificações e condições constantes no Termo de Referência, Edital e proposta, bem como dentro dos padrões, conceitos e legislações aplicáveis;

II - Incluir nos certificados de cobertura bem como na apólice das aeronaves seguradas um contato telefônico por 24 (vinte e quatro) horas, durante sete dias por semana, visando à abertura de chamados por ocasião da ocorrência de sinistro;

III - Informar qual o valor individual do custo de seguro de cada aeronave da frota, de forma que se possa individualizar tais custos para fins de composição do custo da hora de voo e demais análises internas da CONTRATANTE;

IV - Entregar as apólices dos seguros em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato;

V - Em caso de sinistro parcial, a contratada deverá executar reparos nas aeronaves constantes neste Termo de Referência (decorrentes de processo de sinistro aeronáutico) obrigatoriamente por oficina homologada junto à ANAC, em empresa com a qual a CONTRATANTE mantenha contrato específico de manutenção aeronáutica ou fornecimento de peças, excetuando os casos em que haja consentimento expresso da Casa Militar;

VI - Prestar pronto atendimento às solicitações emitidas pelos representantes do CONTRATANTE;

VII - Responder pelos danos causados direta ou indiretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, por sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

VIII - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente em relação a execução dos serviços objeto deste instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

IX - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de sua regularidade;



X - Fornecer os serviços, conforme as especificações e padrões nacionais e internacionais estipulados pelos Órgãos competentes;

XII - Permitir e subsidiar, com as informações necessárias, o acompanhamento da fiscalização por parte do CONTRATANTE;

XII - Assumir total responsabilidade por quaisquer danos causados, por culpa ou dolo na execução contratual, ao CONTRATANTE, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução do objeto, não cabendo ao CONTRATANTE, em hipótese nenhuma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

XIII - A CONTRATADA deverá designar um funcionário responsável na qualidade de preposto para representá-la durante a execução contratual, bem como para resolução de eventuais ocorrências durante a execução do objeto relativas à prestação dos serviços;

XIV - Reconhecer os direitos do CONTRATANTE previstos neste instrumento e na legislação pertinente, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

XV - Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos representantes do CONTRATANTE inerentes à execução do objeto contratual;

XVI - Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE, cujos representantes terão poderes para sustar os serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusá-los quando julgar inadequados;

XVII - Emitir fatura/nota fiscal obedecendo às condições do contrato, apresentando ao CONTRATANTE para atesto e pagamento;

XVIII - Fornecer os serviços objeto deste instrumento, contemplando todos os custos, encargos e despesas, incluindo os tributos, inerentes à execução contratual;

XIX - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais que estiver sujeita;

XX - Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

XXI - Manter entendimento com o CONTRATANTE objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a execução do contrato;

XXII - Prestar os serviços objeto deste instrumento nas condições e prazos estabelecidos, de acordo com as obrigações pactuadas. No caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, a CONTRATADA estará sujeita às devidas responsabilidades, incluindo as sanções declaradas no presente Termo de Referência e/ou na legislação em vigor;

XXIII - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA**

21.1. Caberá à CONTRATADA, ainda:

I - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

II - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução do objeto, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

III - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato proveniente deste certame;

IV - A inadimplência da empresa CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste instrumento, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

## **22. DO CONTROLE, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

22.1. A gestão e a fiscalização da execução contratual consiste na verificação da conformidade do objeto com o Edital, devendo serem exercidos por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los de informações relacionadas à atribuição, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei nº 8.666/1993.

22.2. A execução, acompanhamento e fiscalização do objeto será de responsabilidade do gestor e fiscal do contrato, na condição de representantes do CONTRATANTE, os quais serão nomeados em conformidade com a legislação vigente, tendo como atribuições mínimas:

I - Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

II - Atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do objeto, para fins de pagamento, bem como apresentação de relatórios de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto contratado;

III - Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

IV - Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à autoridade

competente, as prorrogações e aditivos, se necessários e devidamente justificados;

V - Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

VI - Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas, constantes nas cláusulas contratuais e demais condições do Edital da licitação e seus anexos e na legislação;

VII - Recusar objeto irregular, diverso daquele que se encontra especificado no Edital e seus anexos.

22.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

22.4. A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e/ou no Edital.

22.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/1993.

### **23. DOS CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO E DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

23.1. A CONTRATADA obriga-se a entregar a(s) apólice(s) de seguros estritamente de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O fiscal/gestor do contrato deve, neste caso, comunicar formalmente a CONTRATADA, quaisquer ocorrências com o serviço executado, para adoção das medidas cabíveis.

23.2. O recebimento do objeto, pelo CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) provisoriamente, no prazo de 7 (sete) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas neste Termo de Referência, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

b) definitivamente, após 15 (quinze) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência e a consequente aceitação.

### **24. DA GARANTIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

24.1. A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos serviços prestados na execução do objeto e arcar com quaisquer prejuízos à Casa Militar decorrentes de sua utilização.

### **25. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇO E DO REAJUSTE E REVISÃO DO OBJETO**

25.1. O preço deverá incluir todos os custos necessários, bem como todos os impostos, seguros, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação.

25.2. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas (Acórdão TCU nº 474/2005-Plenário c/c Art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993).

25.3. Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

25.4. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.5. O preço ofertado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais, desde que atendidas às disposições contidas no art. 65, II, alínea "d", e § 5º, da Lei nº 8.666/1993. A revisão poderá ser concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa CONTRATADA e após a análise técnica e jurídica do CONTRATANTE. Caso seja concedida, a revisão ocorrerá a partir da data da assinatura do documento hábil, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.

25.6. A revisão dos preços poderá ser iniciada:

25.6.1. Pela Casa Militar, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente;

25.6.2. Pela contratada, mediante solicitação à Casa Militar, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos

formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;

b) cópia autenticada em cartório ou original da (s) nota(s) fiscal (is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço;

25.6.3. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

25.7. Caso haja necessidade de revisão e/ou reajuste, toda a análise da solicitação deverá seguir o disposto na legislação em vigor que disciplina o assunto.

25.8. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada.

## **26. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

26.1. Será permitido efetuar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, conforme o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

## **27. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

27.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993.

27.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos de processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

27.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a Termo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

27.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

27.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da empresa CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que tenha sofrido.

27.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas no contrato e/ou legislação.

## **28. DAS CONDIÇÕES DE EMPENHO E PAGAMENTO**

28.1. Os empenhos serão feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ. Portanto, se faz necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que pode ser feito da seguinte forma:

I - Ao acessar o site [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br), aparecerá na tela DAE ONLINE (Documento de Arrecadação Eletrônica). O DAE deve ser preenchido com os dados da empresa e informar o valor de R\$ 35,16 (trinta e cinco reais e dezesseis centavos);

II - De posse do comprovante de pagamento do DAE, a empresa deverá juntar ao mesmo o CNPJ e o comprovante bancário (todos em PDF), encaminhá-los para o email: [cadastrodecredores.fazenda@ac.gov.br](mailto:cadastrodecredores.fazenda@ac.gov.br), solicitando o Cadastro de Credor; e para o e-mail [acre.cidade@gmail.com](mailto:acre.cidade@gmail.com), encaminhar os mesmos documentos solicitando Cadastro de Empresa para Certidão On-line. As informações mencionadas são meramente informativas, além de serem estabelecidas pela SEFAZ, estando sujeitas a alterações.

28.2. O pagamento somente será realizado após o atesto da nota fiscal/fatura feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

28.3. A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do(s) fiscal(is) do contrato.

28.4. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto da nota fiscal/fatura, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

28.4.1. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

28.5. O pagamento será efetuado após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, somada aos documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

I - Certidão Negativa de Débito Municipal;

II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);

III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);

IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;

VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;

VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade do fornecedor contratado.

28.6. A nota fiscal/fatura deverá ser preenchida em nome da Casa Militar, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro: Ipase, CEP: 69.900-333, Rio Branco-Acre. Tel: (68) 3224-6738-(FAX) 3223-2736, CNPJ nº 34.715.300/0001-79, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

28.7. Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, no caso de emissão de nota fiscal, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e.

28.8. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo do CONTRATANTE.

28.9. A Casa Militar reserva-se ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura, for observado que o objeto do contrato não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se, ainda, as penalidades cabíveis, se necessário.

28.10. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo com o contratado, com irregularidades, ou ainda, se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a empresa CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Casa Militar.

28.11. Saneadas as irregularidades, desde que comprovadas pelo CONTRATANTE, o prazo para pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita de regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA.

28.12. A Casa Militar poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa CONTRATADA, nos termos previstos no contrato e/ou na legislação.

28.13. O pagamento poderá ser suspenso em caso de comprovação de dano por culpa da CONTRATADA, até que a situação seja resolvida, ou que a Casa Militar seja ressarcida dos prejuízos causados.

## **29. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

29.1. As sanções constantes neste item poderão ser aplicadas à empresa CONTRATADA pelo cometimento de ilícito(s) administrativo(s), sem prejuízo da reparação dos danos causados à Casa Militar, observado o devido processo administrativo previsto no Decreto Estadual nº 5.965/2010.

29.2. As sanções, mencionadas no subitem anterior, são as seguintes:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão;

IV - Declaração de inidoneidade.

29.3. A aplicação de qualquer das penalidades, acima descritas, realizar-se-á em processo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o devido processo administrativo previsto no citado Decreto.

29.4. A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

29.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

29.6. Se houver a aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na Casa Militar em nome da CONTRATADA e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença deverá ser cobrada administrativa ou judicialmente.

29.7. As multas não têm caráter indenizatório, e seu pagamento não eximirá a empresa CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

29.8. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução do objeto advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

29.9. Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

29.10. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do Estado do Acre e, no que couber, às demais disposições previstas na legislação pertinente a este Processo.

## **30. DOS IMPEDIMENTOS**

30.1. É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Casa Militar, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

## **31. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

31.1. Conforme dispõe o artigo 45, da Lei nº 9.784/1999 (Lei de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências

acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

31.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes nas normas e instrumentos legais correlatos a este Processo e, subsidiariamente, no que couber, na Lei nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores.

31.3. O presente documento segue assinado pelo Servidor Elaborador e pela Autoridade Responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Rio Branco - Acre, 7 de agosto de 2023.

**Roney** da Costa Arruda Monteiro - 2º SGT PM  
Servidor elaborador

**Sílvio** Araújo da Silva - MAJ PM  
Chefe da Casa Militar  
Autoridade Responsável pela Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **RONEY DA COSTA ARRUDA MONTEIRO, Chefe de Divisão**, em 07/08/2023, às 10:46, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIO ARAÚJO DA SILVA, Chefe da Casa Militar**, em 08/08/2023, às 11:50, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7948125** e o código CRC **59A57514**.

## ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO SEI Nº 0447.015583.00007/2023-69

MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_/20XX

CONTRATO Nº \_\_\_\_/20XX, QUE  
CELEBRAM ENTRE SI A CASA  
MILITAR E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_,  
PERTINENTE À CONTRATAÇÃO DE  
SEGURO AERONÁUTICO.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_\_, o **ESTADO DO ACRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através da **CASA MILITAR**, inscrito no CNPJ sob o nº 34.715.300/0001-79, com sede na Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro Ipase, Rio Branco - Acre, neste ato representada pelo senhor **XXXXXX**, brasileiro, portador do RG nº XXX-X/Xe do CPF nº XXXX, com endereço profissional na **Casa Militar**, acima mencionado, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo senhor \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, com endereço \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Contrato** nº \_\_\_\_/20XX, com base na legislação vigente, sujeitando-se, principalmente, à Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e suas alterações posteriores, além dos demais instrumentos e diplomas legais correlatos a este Contrato, mediante às cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro aeronáutico, na modalidade **CASCO** de 3 (três) aeronaves de asas fixa pelo período (doze) meses, em todo território nacional para atender as aeronaves pertencentes à frota da Casa Militar, conforme condições e especificações contidas neste instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA APÓLICE

O seguro aeronáutico tem suas normas relacionadas nas condições Gerais e Especiais regulamentadas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) ou por seguradoras admitidas ou eventuais autorizadas pela SUSEP. Todas as normas deverão obedecer ao disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei Nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, em seu capítulo VI, Da Garantia de Responsabilidade, art. 281, ART. 1º, I, da Circular BACEN Nº 2.217, de 24 de agosto de 1992, e legislação apropriada, além de atender ao disposto no presente projeto.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Deverá constar obrigatoriamente na apólice emitida pela empresa vencedora do certame que aeronaves pertencentes a Casa Militar realizam as seguintes operações:

- I - Operações de Segurança Pública em Geral;
- II - Aero patrulhamento tático policial;
- III - Combate ao tráfico de drogas;
- IV - Rebeliões em presídios;
- V - Roubo de veículos e cargas;
- VI - Defesa Civil;
- VII - Combate a incêndios;
- VIII - Transporte de órgãos;
- IX - Auxílio a grandes operações;
- X - Transporte aeromédico;
- XI - Resgate de vítimas em locais de difícil acesso (busca e salvamento);
- XII - Transporte de tropa em locais aonde o transporte terrestre e marítimo não tem acesso;
- XIII - Operações com carga externa tais como o uso do Bambi Bucket, Mc'guire, cesto de salvamento, puçá, sling, rede de carga.

XIV - Toda e qualquer operação relacionada ao trabalho da Casa Militar, e em apoio a outros órgãos públicos, no interesse público de cortejos, controle de tumultos, distúrbios e motins, controle de tráfico rodoviário, ferroviário e urbano, prevenção e combate a incêndios de qualquer tipo e patrulhamento de cidades, florestas, mananciais, estradas e rios.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Outro fator importante a ressaltar e que deve estar explícito de forma clara na apólice é que todos os pilotos em comando das aeronaves possuem no mínimo 500 horas de voo totais e não necessariamente 500 horas de voo em comando nas aeronaves citadas no Termo de Referência, sendo que os pilotos que não possuem esta quantidade de horas poderão atuar apenas na função de



segundo piloto em comando.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA - SEGURO AERONÁUTICO (MODALIDADE CASCO):** É a cobertura destinada a proteção da aeronave em si contra algum dano ocorrido a mesma, seja ele por acidente ou por ato de terceiros. Essa garantia envolve o reembolso nos casos de perda ou avaria das aeronaves, com limite máximo de indenização igual ao seu valor de mercado. O serviço prestado deverá prover cobertura referente aos danos materiais ocasionados à estrutura de casco da aeronave e seus motores quando em voo, em rolamento ou quando em permanência no solo, incluindo todos os seus componentes de fábrica, os acessórios e equipamentos afixados na sua estrutura através de modificações homologadas e acessórios enquanto a bordo, devendo cobrir todos os riscos que possam causar danos à aeronave. A cobertura do seguro deverá abranger as Condições Gerais para Seguros Aeronáuticos (Garantia CASCO) e demais cláusulas especiais adicionais contratadas, estipuladas pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) e pelo IRB (Instituto de Resseguros do Brasil), como:

I - Operação aérea policial e/ou de defesa civil é uma operação realizada com aeronaves e conduzida por organização policial ou do Corpo de Bombeiros.

II - Organização policial faz parte da administração pública direta, estadual, municipal, destinada a assegurar a ordem e a segurança pública ou destinadas a proteger e apoiar a população em emergências, também podendo combater incêndios de qualquer tipo.

III - As operações aéreas policiais são regulamentadas pela pelo RBAC 90 e AIC Nº 06/06 do DECEA compreendem operações de busca, salvamento, resgate, cerco, observação de cortejos, controle de tumultos, distúrbios e motins, controle de tráfego rodoviário, ferroviário e urbano, prevenção e combate a incêndios de qualquer tipo e patrulhamento de cidades, florestas, mananciais, estradas e rios.

IV - O seguro deverá cobrir, ainda, os casos de instrução de pilotos, remoção e resgate aero médico, transporte de autoridades, transporte de tropas policiais, transporte de presos, atividades de salvamento em altura, exibição em desfile cívico e militar, atividades de guincho ou gancho, transporte, como carga, de explosivos e/ou inflamáveis por força maior que sobrevenha a necessidade de socorro de vida e/ou aeronave e voos de manutenção aeronáutica. Os voos de manutenção aeronáutica deverão possuir cobertura do seguro mesmo em caso da aeronave estar em condição de permanência no solo.

**SUBCLÁUSULA QUARTA - GARANTIA DE CASCO - PERDA OU AVARIA DA AERONAVE,** incluindo:

I - Cobertura;

II - Prejuízos não indenizáveis;

III - Responsabilidade por danos a pessoas;

IV - Danos ocorridos quando a aeronave estiver em pouso, decolagem ou tentativa de realizá-los em lugares que não sejam pista preparada ou aeródromos ou aeroportos homologados ou registrados, ou fora do horário normal de operação de aeródromo, quando nas operações descritas no objeto do Termo de Referência ou em caso de emergência, independente de prévia autorização da autoridade aeronáutica ou do proprietário/inquilino e desde que o piloto em comando tenha apurado previamente as condições do local de pouso e tenha examinado o local por sobrevoo ou passagem imediatamente anterior ao pouso;

V - Reposição (opções de indenização ao segurado), tais como:

a) Pagamento em dinheiro no caso de perda total;

b) Mandar reparar os danos em caso de perda parcial;

c) Substituir a aeronave por outra equivalente.

**SUBCLÁUSULA QUINTA -** No caso de reposição caberá à seguradora à escolha de um dos critérios de indenização apresentado. Caso a opção feita seja pela substituição ou reparação da aeronave, a seguradora na impossibilidade de tal reparação ou substituição indenizará o respectivo valor em moeda corrente.

**SUBCLÁUSULA SEXTA -** Acrescido das seguintes cláusulas adicionais, que passam a ser obrigatórias:

I - Transporte de inflamáveis, munições e explosivos como carga;

II - Ventos com velocidade superior a 60 nós;

III - Estando a aeronave em solo ficam incluídos não somente, os danos causados por ação humana mas os danos eventuais decorrentes de eventos da natureza como incêndio, raios, descargas elétricas, roubo, danos causados por animais, o vento ou granizo, quedas, desabamentos parciais ou totais do hangar ou choque com veículos não segurados ou outras aeronaves;

IV - Cobertura para voos de traslado até oficina de manutenção com programa de manutenção vencido ou Certificado de Aeronavegabilidade suspenso/cancelado desde que previamente autorizados pela Agência Nacional de Aviação Civil.

V - Reintegração automática da importância segurada;

VI - Extensão de cobertura para América do Sul.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA:** Nem o prêmio nem as IS (Importâncias Seguradas) serão reajustadas ao longo do transcurso dos 12 (doze) meses do contrato, a não ser por aditivo contratual, justificado e outorgado conforme diploma legal.

**SUBCLÁUSULA OITAVA -** A franquia será de 5% (cinco por cento) da

importância segurada para cada aeronave para todo e qualquer sinistro, inclusive em caso de perda total.

**SUBCLÁUSULA NONA** - Em caso de indenização, decorrente de prejuízo inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor ajustado, o Limite Máximo de Indenização Casco previsto ficará reintegrado do valor da indenização paga, com cobrança de prêmio proporcional.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO ESTORNO DO PRÊMIO À CONTRATANTE POR PARALISAÇÃO DA AERONAVE E DACOBERTURA CASCO LIMITADA À PERMANÊNCIA EM SOLO**

A permanência das aeronaves no solo para revisão, reconversão, reparos, ou por qualquer outro motivo antes do início do contrato dará direito à CONTRATANTE a uma devolução de proporcional de prêmio conforme subcláusula quarta, não estará previsto GRO - "GROUND RISKS ONLY" para aeronaves que estejam operando a partir da vigência do contrato;

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Para a aeronave **Baron 58, matrícula PT LZW**, que integra a frota da Casa Militar, contudo é bem sob custódia judicial, em caso de mandado judicial de restituição do bem à CONTRATANTE terá direito a devolução proporcional de prêmio pelo critério do valor calculado "pro-rata-temporis" da diferença entre a taxa dacobertura casco e o período de uso exclusivo pela Casa Militar.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O contratante deverá comunicar previamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, o momento exato (dia/mês/ano) em que a aeronave entrar na condição de permanência no solo, bem como a data do retorno a voo da aeronave que estava paralisada a aplicação desta condição;

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O contratante deverá comunicar previamente o retorno à operação da aeronave à contratada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, considerando-se, contudo, adata do primeiro voo de experiência para o retorno da cobertura completa;

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - A contratada deverá manter cobertura parcial apenas para os riscos envolvidos na permanência da aeronave em solo (SEGURO GRO - "GROUND RISKS ONLY"), limitada aos danos sofridos pela(s) aeronave(s) segurada(s), quando:

- a) Estacionada em local permitido, devidamente hangarada ou esteiada;
- b) Em serviço de manutenção, inclusive em testes de motores em terra; e
- c) Em remoção de um lugar para o outro no mesmo aeródromo, sem que estejam sendo utilizados seus próprios meios de propulsão e sendo rebocada por veículo adequado para este fim.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - No período da manutenção da cobertura para riscos no solo (GRO) será devido o prêmio com desconto de 60% relativo ao seu valor total;

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Em qualquer dos casos acima, será calculado o valor "pro-rata-temporis" da diferença entre a taxa dacobertura casco e a de permanência no solo (sem cobertura ou com cobertura "GROUND RISKS ONLY") devendo o montante resultante ser devolvido à CONTRATANTE;

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - A devolução de que trata o item anterior será creditada na conta vinculada ao contratante, 30 dias úteis após o término da vigência do contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS VALORES E DA COMPOSIÇÃO ESTIMADA DO OBJETO**

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Seguro Aeronáutico TIPO CASCO aeronave de asas Fixa <b>Modelo BEM-810D, Nº de Série 810461, TIPO ICAO PA34 (SENECA)</b> ano de fabricação 1980 - Matrícula <b>PP-FFZ</b> .	Unidade	01	XXXX	XXXX
2	Seguro Aeronáutico TIPO CASCO aeronave de asas Fixa <b>Modelo A36, Nº Série E578, TIPO ICAO BE36 (BONANZA)</b> ano de fabricação 1974 - Matrícula <b>PT-KIP</b> .	Unidade	01	XXXX	XXXX
3	Seguro Aeronáutico TIPO CASCO aeronave de asas Fixa <b>Modelo 58, Nº Série TH-103, TIPO ICAO BE36 (BARON)</b> ano de fabricação 1980 - Matrícula <b>PT-LZW</b> .	Unidade	01	XXXX	XXXX
VALOR TOTAL DO LOTE ÚNICO					

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O valor total da despesa para execução do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_);

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - No valor acima estão incluídas todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições parafiscais, transporte, seguro, insumos), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RELAÇÃO DA FROTA DE AERONAVES DA CASA MILITAR E VALORES SEGURADOS**

As aeronaves que atualmente fazem parte da frota deste Órgão são as descritas a seguir:

FABRICANTE	MODELO	NÚMERO DE SÉRIE	PREFIXO	COMBUSTÍVEL	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (LMI) - CASCO (R\$)
Embraer	Seneca III EMB 810D	810461	PP FFZ	Gasolina	R\$ 850.753,13
Beechcraft	Bonanza A36	E578	PT KIP	Gasolina	R\$ 1.354.903,13
Beechcraft	Baron 58	TH-103	PT LZW	Gasolina	R\$ 1.638.487,50

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O total geral da importância segurada em moeda nacional é de R\$ 3.844.143,76 (três milhões oitocentos e quarenta e quatro mil cento e quarenta e três reais e setenta e seis centavos), em dólar americano US\$ 775.858,02 (setecentos e setenta e cinco oitocentos e cinquenta e oito e dois), considerando valores referências do Bluebook Winter de cada modelo de aeronave. Os riscos cobertos serão, até o Limite Máximo de Indenização fixado na apólice.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Todos os valores apresentados no Termo de Referência que estão em dólar americano, para efeito de conversão cambial, será utilizado a cotação do dólar PTAX do dia 11/05/2023, no valor de R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos), retirado do site do Banco Central (<https://www.bcb.gov.br/>).

**CLÁUSULA SEXTA - DA ESPECIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa proveniente deste Processo de Despesa Pública correrá por conta dos recursos consignados à Casa Militar, pela Lei Orçamentária Anual do Estado do Acre, sendo que, no caso de haver a contratação do objeto no ano de 2023, as especificações orçamentárias serão as seguintes:

UNIDADE GESTORA - UG	ATIVIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
447	001	06183142121010000	33.90.39.00	15000100 (Recursos Próprios)
				600 (Recursos Ordinários)
				200 (Convênios)

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Nas hipóteses de atendimento a demandas de outros órgãos da Administração Pública, tais demandas serão atendidas através de convênios, conforme descrito na acima.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será permitida a subcontratação.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

I - Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação que foram exigidos na licitação;

II - Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

III - Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;

IV - Haja a anuência expressa da Casa Militar quanto à continuidade do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - São responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:

I - Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelos representantes da CONTRATADA;

II - Supervisionar, sempre que julgar necessário, a execução dos serviços, por intermédio do fiscal ou demais servidores que estiverem acompanhando a prestação dos serviços nas aeronaves;

III - Realizar o gerenciamento e fiscalização do contrato;

IV - Receber os serviços e realizar os respectivos pagamentos nos prazos pactuados, desde que atendidas as condições para tanto;

V - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidores designados como representantes do CONTRATANTE (gestor e fiscal do contrato), que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestarão as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

VI - A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades, inclusive as resultantes de imperfeições técnicas, emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior, e, na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes

e prepostos;

VII - O setor responsável pela execução do objeto comunicará à CONTRATADA, por escrito, as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis;

VIII - Aplicar à CONTRATADA as penalidades legais e contratuais cabíveis, quando necessárias;

IX - Zelar pela boa qualidade dos serviços e receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

X - Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas, principalmente as consideradas de natureza grave;

XI - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

XII - Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações previstas neste instrumento;

XIII - O CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar nas notas fiscais/faturas, os débitos e multas da CONTRATADA previstos neste instrumento e/ou na legislação, bem como os valores pagos a terceiros a título de ressarcimento de danos causados pela CONTRATADA, caso ocorra.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - São obrigações da empresa CONTRATADA, sem prejuízo de outras fixadas na legislação vigente:

I - Executar os serviços dentro das especificações e condições constantes no Termo de Referência, Edital e proposta, bem como dentro dos padrões, conceitos e legislações aplicáveis;

II - Incluir nos certificados de cobertura bem como na apólice das aeronaves seguradas um contato telefônico por 24 (vinte e quatro) horas, durante sete dias por semana, visando à abertura de chamados por ocasião da ocorrência de sinistro;

III - Informar qual o valor individual do custo de seguro de cada aeronave da frota, de forma que se possa individualizar tais custos para fins de composição do custo da hora de voo e demais análises internas da CONTRATANTE;

IV - Entregar as apólices dos seguros em até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de assinatura do contrato;

V - Em caso de sinistro parcial, a contratada deverá executar reparos nas aeronaves constantes no Termo de Referência (decorrentes de processo de sinistro aeronáutico) obrigatoriamente por oficina homologada junto à ANAC, em empresa com a qual a CONTRATANTE mantenha contrato específico de manutenção aeronáutica ou fornecimento de peças, excetuando os casos em que haja consentimento expresso da Casa Militar;

VI - Prestar pronto atendimento às solicitações emitidas pelos representantes do CONTRATANTE;

VII - Responder pelos danos causados direta ou indiretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, por sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

VIII - Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades de caráter urgente em relação a execução dos serviços objeto deste instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

IX - Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de sua regularidade;

X - Fornecer os serviços, conforme as especificações e padrões nacionais e internacionais estipulados pelos Órgãos competentes;

XII - Permitir e subsidiar, com as informações necessárias, o acompanhamento da fiscalização por parte do CONTRATANTE;

XII - Assumir total responsabilidade por quaisquer danos causados, por culpa ou dolo na execução contratual, ao CONTRATANTE, a seus prepostos ou a terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução do objeto, não cabendo ao CONTRATANTE, em hipótese nenhuma, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

XIII - A CONTRATADA deverá designar um funcionário responsável na qualidade de preposto para representá-la durante a execução contratual, bem como para resolução de eventuais ocorrências durante a execução do objeto relativas à prestação dos serviços;

XIV - Reconhecer os direitos do CONTRATANTE previstos neste instrumento e na legislação pertinente, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

XV - Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos representantes do CONTRATANTE inerentes à execução do objeto contratual;

XVI - Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE, cujos representantes terão poderes para sustar os serviços, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusá-los quando julgar inadequados;

XVII - Emitir fatura/nota fiscal obedecendo às condições do contrato,

apresentando ao CONTRATANTE para atesto e pagamento;

XVIII - Fornecer os serviços objeto deste instrumento, contemplando todos os custos, encargos e despesas, incluindo os tributos, inerentes à execução contratual;

XIX - Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais que estiver sujeita;

XX - Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

XXI - Manter entendimento com o CONTRATANTE objetivando evitar interrupções ou paralisações durante a execução do contrato;

XXII - Prestar os serviços objeto deste instrumento nas condições e prazos estabelecidos, de acordo com as obrigações pactuadas. No caso de descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela Administração, resguardados os procedimentos legais pertinentes, a CONTRATADA estará sujeita às devidas responsabilidades, incluindo as sanções declaradas no Termo de Referência e/ou na legislação em vigor;

XXIII - Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Caberá à CONTRATADA, ainda:

I - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

II - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução do objeto, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

III - Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato proveniente deste certame;

IV - A inadimplência da empresa CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste item, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste instrumento, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e a fiscalização da execução contratual consiste na verificação da conformidade do objeto com o Edital, devendo serem exercidos por um ou mais representantes do CONTRATANTE, especialmente designados, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los ou subsidiá-los de informações relacionadas à atribuição, na forma dos arts. 67 e 73, da Lei nº 8.666/1993.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A execução, acompanhamento e fiscalização do objeto será de responsabilidade do gestor e fiscal do contrato, na condição de representantes do CONTRATANTE, os quais serão nomeados em conformidade com a legislação vigente, tendo como atribuições mínimas:

I - Acompanhar a execução físico-financeira do contrato;

II - Atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução do objeto, para fins de pagamento, bem como apresentação de relatórios de acompanhamento e execução em conformidade com o objeto contratado;

III - Acompanhar, fiscalizar e orientar o cumprimento das cláusulas contratuais, observando os prazos de vigência e execução;

IV - Solicitar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à autoridade competente, as prorrogações e aditivos, se necessários e devidamente justificados;

V - Comunicar formalmente à autoridade superior quaisquer irregularidades que possam ocorrer;

VI - Exigir da CONTRATADA o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas, constantes nas cláusulas contratuais e demais condições do Edital da licitação e seus anexos e na legislação;

VII - Recusar objeto irregular, diverso daquele que se encontra especificado no Edital e seus anexos.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A verificação da adequação do objeto deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e/ou no Edital.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE, ou de seus agentes e prepostos,

em conformidade com o art. 70, da Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO E DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

A CONTRATADA obriga-se-á a entregar a(s) apólice(s) de seguros estritamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, responsabilizando-se pela substituição total ou parcial, na hipótese de se constatar defeitos ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O fiscal/gestor do contrato deve, neste caso, comunicar formalmente a CONTRATADA, quaisquer ocorrências com o serviço executado, para adoção das medidas cabíveis.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O recebimento do objeto, pelo CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) provisoriamente, no prazo de 7 (sete) dias, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Termo de Referência, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

b) definitivamente, após 15 (quinze) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Termo de Referência e a consequente aceitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A CONTRATADA deverá garantir a qualidade dos serviços prestados na execução do objeto e arcar com quaisquer prejuízos à Casa Militar decorrentes de sua utilização.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇO E DO REAJUSTE E REVISÃO DO OBJETO**

O preço deverá incluir todos os custos necessários, bem como todos os impostos, seguros, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da contratação.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas (Acórdão TCU nº 474/2005-Plenário c/c Art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993).

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Os preços contratados poderão ser revistos, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - O preço ofertado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais, desde que atendidas às disposições contidas no art. 65, II, alínea "d", e § 5º, da Lei nº 8.666/1993. A revisão poderá ser concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa CONTRATADA e após a análise técnica e jurídica do CONTRATANTE. Caso seja concedida, a revisão ocorrerá a partir da data da assinatura do documento hábil, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - A revisão dos preços poderá ser iniciada:

I - Pela Casa Militar, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente;

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Pela contratada, mediante solicitação à Casa Militar, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:

a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos;

b) cópia autenticada em cartório ou original da (s) nota(s) fiscal (is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço;

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - Caso haja necessidade de revisão e/ou reajuste, toda a análise da solicitação deverá seguir o disposto na legislação em vigor que disciplina o assunto.

**SUBCLÁUSULA NONA** - O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

Será permitido efetuar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, conforme o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**



A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/1993.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos de processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A rescisão do contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e por escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a Termo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa da empresa CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que tenha sofrido.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas no contrato e/ou legislação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE EMPENHO E PAGAMENTO**

Os empenhos serão feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ. Portanto, se faz necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que pode ser feito da seguinte forma:

I - Ao acessar o site [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br), aparecerá na tela DAE ONLINE (Documento de Arrecadação Eletrônica). O DAE deve ser preenchido com os dados da empresa e informar o valor de R\$ 35,16 (trinta e cinco reais e dezesseis centavos);

II - De posse do comprovante de pagamento do DAE, a empresa deverá juntar ao mesmo o CNPJ e o comprovante bancário (todos em PDF), encaminhá-los para o email: [cadastrocredores.fazenda@ac.gov.br](mailto:cadastrocredores.fazenda@ac.gov.br), solicitando o Cadastro de Credor; e para o e-mail [acre.cidade@gmail.com](mailto:acre.cidade@gmail.com), encaminhar os mesmos documentos solicitando Cadastro de Empresa para Certidão On-line. As informações mencionadas são meramente informativas, além de serem estabelecidas pela SEFAZ, estando sujeitas a alterações.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O pagamento somente será realizado após o atesto da nota fiscal/fatura feito pelo(s) fiscal(is) do contrato.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do(s) fiscal(is) do contrato.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O pagamento será efetuado em parcelas mensais, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do atesto da nota fiscal/fatura, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - O pagamento será efetuado após apresentação da fatura/nota fiscal devidamente atestada, somada aos documentos de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, dentre outros, abaixo descritos, que são condição não de pagamento, mas de manutenção da condição de habilitado a fornecer para o Estado do Acre:

I - Certidão Negativa de Débito Municipal;

II - Certidão Negativa de Débito Estadual emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ (pessoa física e jurídica) e pela Procuradoria Geral do Estado - PGE (pessoa jurídica);

III - Certidão Conjunta Negativa da Fazenda Federal (compreendendo certidão unificada da dívida ativa da união, quitação de tributos federais e quitação de contribuições previdenciárias);

IV - Certidão Negativa de Débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

VI - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Estadual;

VII - Certidão de Distribuição para Fins Gerais - Justiça Federal e;

VIII - Outros documentos que se fizerem necessários para comprovação de regularidade do fornecedor contratado.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - A nota fiscal/fatura deverá ser preenchida em nome da Casa Militar, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 471, Bairro: Ipase, CEP: 69.900-333, Rio Branco- Acre. Tel: (68) 3224-6738-(FAX) 3223-2736, CNPJ nº 34.715.300/0001-79, devendo constar no corpo da nota fiscal/fatura o número do contrato e do empenho.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - Considerando o Protocolo ICMS Nº 42, de 03 de julho de 2009, no caso de emissão de nota fiscal, torna-se OBRIGATÓRIO a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no

protocolo do CONTRATANTE.

**SUBCLÁUSULA NONA-** A Casa Militar reserva-se ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação da nota fiscal/fatura, for observado que o objeto do contrato não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se, ainda, as penalidades cabíveis, se necessário.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** - Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo com o contratado, com irregularidades, ou ainda, se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a empresa CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Casa Militar.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Saneadas as irregularidades, desde que comprovadas pelo CONTRATANTE, o prazo para pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita de regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - A Casa Militar poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa CONTRATADA, nos termos previstos no contrato e/ou na legislação.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O pagamento poderá ser suspenso em caso de comprovação de dano por culpa da CONTRATADA, até que a situação seja resolvida, ou que a Casa Militar seja ressarcida dos prejuízos causados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções constantes neste item poderão ser aplicadas à empresa CONTRATADA pelo cometimento de ilícito(s) administrativo(s), sem prejuízo da reparação dos danos causados à Casa Militar, observado o devido processo administrativo previsto no Decreto Estadual nº 5.965/2010.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - As sanções, mencionadas no subitem anterior, são as seguintes:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Suspensão;
- IV - Declaração de inidoneidade.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - A aplicação de qualquer das penalidades, acima descritas, realizar-se-á em processo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o devido processo administrativo previsto no citado Decreto.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - A autoridade competente para a aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantindo-se à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Se houver a aplicação de multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na Casa Militar em nome da CONTRATADA e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença deverá ser cobrada administrativa ou judicialmente.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - As multas não têm caráter indenizatório, e seu pagamento não eximirá a empresa CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto ao CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na execução do objeto advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no cadastro de fornecedores do Estado do Acre e, no que couber, às demais disposições previstas na legislação pertinente a este Processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS IMPEDIMENTOS**

É vedada a contratação de empresa cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de Servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento desta Casa Militar, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora que se enquadre na situação citada acima.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente contrato e, se for o caso, de seus aditamentos até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, na forma do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- DAS CLÁUSULAS GERAIS**

Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e nas demais normas e instrumentos legais correlatos a este contrato, e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DO FORO**



O foro do presente contrato será o da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre, excluído qualquer outro. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, lavra-se o presente Termo, que, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes contratantes.

Rio Branco - Acre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X

SILVIO ARAÚJO DA SILVA - MAJ PM  
CHEFE DA CASA MILITAR

**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXX

XXXXXXXXXX

**CONTRATADA**



Documento assinado eletronicamente por **RONEY DA COSTA ARRUDA MONTEIRO, Chefe de Divisão**, em 07/08/2023, às 10:46, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **7949902** e o código CRC **361645AB**.

**Referência:** Processo nº 0447.015583.00007/2023-69

SEI nº 7949902

### ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Ao.....

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos.

O prazo de validade de nossa Proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte da prestação dos serviços, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguro, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel/Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

Cart. Ident nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

**INSERIR A PLANILHA ORÇAMENTARIA AQUI**

#### **OBSERVAÇÃO:**

**Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto**

**descritas no COMPRASNET - CATMAT e as especificações constantes do Anexo I**  
**- Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**

